

**PUBLICAÇÕES EDIPUCRS**

Maria José Somerlate Barbosa (Org.)  
**PASSO E COMPASSO:**  
**NOS RITMOS DO ENVELHECER**  
*Coleção Memória das Letras, 17*  
2003, 320p.

Os pedidos deverão ser encaminhados à:

**EDIPUCRS**  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33  
Caixa Postal 1429  
90619-900 - Porto Alegre - RS/BRASIL  
[www.pucrs.br/edipucrs/](http://www.pucrs.br/edipucrs/)  
E-mail [edipucrs@pucrs.br](mailto:edipucrs@pucrs.br)  
Fone/Fax: (51) 3320.3523

# Palavras que argumentam e que constataam no discurso

Telisa Furlanetto Graeff  
UPF

## 1 Função informativa x função argumentativa das palavras

Durante muito tempo acreditou-se que uma língua era a representação de estruturas de pensamento. Cuidava-se, então, que a formalização lingüística fosse fiel ao pensamento, uma vez que a expressão escrita e especialmente a falada "tendiam a deturpar as idéias". Em vista disso, a afirmação do *Curso de Lingüística Geral* (1916) de que a língua era fundamentalmente um instrumento de comunicação constituiu uma das principais rupturas da lingüística saussuriana, relativamente aos estudos de gramáticos e comparatistas do século anterior. Ao examinar o fenômeno linguagem, são identificados dois aspectos que lhe são constitutivos: a fala (parte individual) e a língua (parte social). Na conceituação desta, fica evidente a importância atribuída à fala e à função comunicativa (Saussure, 1971, p. 21):

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Estava aberta a porta para desenclausurar os estudos da linguagem, que até então ficavam restritos a explicar o funcionamento da linguagem pelo funcionamento do pensamento, se não se sabia daquele, sem dúvida muito menos desse, o que tornava árdua a tarefa. Em vista disso, uma das principais conseqüências da lingüística saussureana foi a introdução do exame da comunicação

no quadro das preocupações lingüísticas, o que ocorreria uns quarenta anos após a publicação do Curso.

O psicólogo alemão Karl Bühler (1950, p. 35-45), baseado no circuito da fala e analisando a natureza dos conteúdos manifestados, traça um modelo de linguagem que o leva ao estabelecimento de três funções lingüísticas: a *representação*, pela qual o sujeito falante manifesta conteúdo de natureza intelectual; a *expressão*, pela qual traduz, em parte, o seu estado emocional e psíquico; o *apelo*, que decorre do fato de o falante dirigir-se obrigatoriamente a outra pessoa, atuando sobre ela.

Roman Jakobson (1970, p. 118-162), a partir de um esquema retirado da teoria das comunicações, explicita seis fatores – remetente, destinatário, contexto, mensagem, contato e código – que determinam cada um diferente função da linguagem. As três funções da linguagem propostas por Bühler são, na perspectiva de Jakobson, assim entendidas: (1) a *função referencial* define as relações entre a mensagem e o objeto a que se refere, ou seja, a mensagem tem como função formular, a respeito do referente, uma informação objetiva, observável e verificável; (2) a *função emotiva* define as relações entre a mensagem e o emissor, isto é, o objetivo da mensagem é suscitar reações emocionais, uma vez que o locutor manifesta voluntariamente a sua afetividade; (3) a *função conativa* define as relações entre a mensagem e o receptor, ou seja, a mensagem visa a obter deste último uma reação.

Os dois estudiosos afirmam o papel preponderante da *função representativa* na linguagem humana, embora salientem que, em qualquer ato de comunicação, possam estar presentes, em grau maior ou menor, concomitante ou predominantemente, as outras funções.

Nessa perspectiva, o sentido de um enunciado deve ser construído com base nessas três funções, as quais fornecem indicações objetivas, subjetivas e intersubjetivas para a construção do sentido. Esse é um pensamento corrente nos estudos lingüísticos, oriundo do entendimento da linguagem como instrumento de comunicação entre os homens, conforme vislumbrou Saussure.

A afirmação, aparentemente inofensiva, de Oswald Ducrot, de que a principal função da linguagem é a argumentativa, é extremamente revolucionária. Consideradas a clareza de seus argumentos e a impossibilidade de contestá-los na base, é de se crer que estejamos assistindo a uma revolução em curso, e que a sua afirmação seja tão iluminada quanto a de Saussure, guardadas as dimensões de cada época, uma preparando o campo para a outra.

Ducrot, ao apresentar o objetivo da teoria da Argumentação na Língua (ANL), proposta juntamente com Anscombe, afirma, em vários de seus escritos, que ela se destina a opor-se à concepção tradicional de sentido. E explica que entende por concepção tradicional a separação do aspecto objetivo, também chamado de denotativo, dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, comumente ditos conotativos. Dentre as várias razões para tomar como objetivo da ANL suprimir essa separação entre denotação e conotação, Ducrot (1988, p. 50-51) aponta a impossibilidade de acreditar que a linguagem comum possua uma parte objetiva, a qual permita descrever diretamente a realidade. Em seu modo de ver, se essa linguagem descreve a realidade, ela o faz por meio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, de tal forma que, quando se diz de Pedro que *é inteligente* a descrição que se dá de Pedro está mais ligada à admiração do locutor por Pedro e ao interesse que manifesta de que o interlocutor considere isso, ao se relacionar com Pedro, do que a uma indicação objetiva da inteligência de Pedro, passível de ser comprovada em testes que avaliam o quociente de inteligência, por exemplo.

Sintetiza, de forma exemplar, essa sua visão da linguagem, ao afirmar (1988, p. 50) que "La manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella el tema de un debate entre los individuos". Nessa medida, o aspecto referencial perde a razão de ser, pela impossibilidade de ser expresso pela linguagem, e os dois aspectos subjetivo e intersubjetivo são reunidos no que chamou de *valor argumentativo*, o qual é definido como a orientação que as palavras dão ao discurso. Em seu modo de ver, o emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação do discurso. Retomando o exemplo *Pedro é inteligente*, o autor da ANL faz ver que continuações possíveis seriam *portanto poderá resolver o problema* ou *mas não poderá resolver o problema*, sendo vetada a possibilidade de se encadear *portanto não poderá resolver o problema*. Define, em vista disso, o valor argumentativo de uma palavra como o conjunto de possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. Essa explicitação do valor argumentativo, que funda a teoria da Argumentação na Língua, encontra na Teoria dos Blocos Semânticos, proposta por Marion Carel, o seu maior grau de adequação.

Pretende-se, neste trabalho, com base nas ferramentas postas à disposição pela Teoria dos Blocos, especialmente usando os conceitos de argumentação externa e de argumentação interna, analisar a substituição lexical na crônica *Caso de Canário*, de Carlos Drummond de Andrade, a fim de verificar a relação do léxico com os blocos semânticos e respectivos encadeamentos argumentativos, que vão se constituindo no decorrer da narrativa.

## 2 O sentido das palavras: a substituição do quadrado lógico pelo quadrado argumentativo

A intuição dos falantes permite afirmar que os adjetivos *gastador*, *avaro*, *generoso* e *econômico* estão relacionados, formando uma estrutura. A descrição possibilitada pelo quadrado aristotélico, conforme demonstra Ducrot (1988, p. 136-138), é interessante porque pode ser aplicada a muitos outros conjuntos de quatro palavras, como *covarde*, *temerário*, *prudente* e *valente*, e porque descreve, *de forma correta, ainda que aproximada*, as relações existentes entre os conceitos representados pelas palavras em questão. Observe-se:

- *Relação de contrariedade* entre *gastador* e *avaro*
- *Relação de subcontrariedade* entre *generoso* e *econômico*
- *Relação de contradição* entre *gastador* e *econômico*; entre *avaro* e *generoso*
- *Relação de implicação unilateral* entre *gastador* e *econômico* (aquele implica este); entre *avaro* e *econômico* (aquele implica este).

A despeito disso, observa Ducrot que essa descrição lógica perde seu valor numa semântica lingüística que se interessa não pelos **conceitos** das palavras isoladas, mas pelo seu emprego no discurso, pelo seu potencial argumentativo, isto é, pelos encadeamentos que permitem. Mostra, então, que as relações de implicação unilateral não podem ser sempre traduzidas em encadeamentos argumentativos, pelo fato de soar estranho dizer-se “É *gastador*, portanto é *econômico*”, uma vez que, enquanto a orientação argumentativa de *gastador* sinaliza uma crítica à pessoa de quem se fala, a de *econômico* aponta para o elogio. Desse modo, se a *gastador* poderia ser encadeado “*nunca vai ser nada na vida*”, associado a *econômico* tal encadeamento soaria estranho.

A teoria da Argumentação na Língua, forma *standard*, admitia apenas um tipo de argumentação: a que expressam discursos em portanto (donc = DC). Marion Carel, em sua Teoria dos Blocos Semânticos, propõe, na tentativa de construir uma descrição semântica do léxico, que se atribua como “sentido” a cada palavra um conjunto de encadeamentos argumentativos em DC (= portanto) e em PT (= *pourtant* = mesmo assim), mantendo a decisão fundamental da ADL de não se recorrer à indicação das coisas ou idéias que a palavra supostamente evocaria.

Dentro desse quadro teórico, o enunciado *Pedro é econômico, portanto vai ter casa própria* estaria realizando o bloco semântico que relaciona, de forma semanticamente interdependente, *Economizar / Adquirir*. A relação semântica argumentativa que *economizar* e *adquirir* constroem solidariamente pode ser expressa na regra *Quem economiza pode adquirir coisas*, a qual pode ser vista positiva ou negativamente. Além disso, o fato de se ter podido estabelecer a regra, indica que ela tem exceções, o que permite apreendê-la de um modo normativo (encadeamento com DC) ou de um modo transgressivo (encadeamento com PT). Desse modo, um bloco semântico dá lugar a quatro aspectos: os recíprocos, positivo e negativo; e os conversos, normativo e transgressivo.

Confirmam-se: (1) os positivos aparentados: encadeamento argumentativo normativo A DC C, *Economiza DC adquire coisas* e encadeamento argumentativo transgressivo A PT Neg-C, *Economiza PT não adquire coisas*; (2) os negativos aparentados: encadeamento argumentativo transgressivo Neg-A DC Neg-C *Não economiza DC não adquire coisas* e encadeamento argumentativo transgressivo Neg-A PT C *Não economiza PT adquire coisas*.

Como se percebe, na Teoria dos Blocos, mais do que nunca é fortalecida a idéia da ADL de que somente o discurso é capaz de dar sentido às palavras. Fora dele nada há.

Cumprir referir, ainda, que há dois modos – externo e interno – pelos quais um aspecto pode estar associado às palavras cujo sentido ele constitui. Conforme Ducrot (2002), a argumentação externa (AE) de uma palavra é constituída pela pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua, e que estão ligados a ela de modo externo, isto é, quando a entidade é um segmento do encadeamento. No caso de *economizar*, examinado antes, pode-se dizer que o aspecto normativo *economiza DC adquire coisas* e o aspecto transgressivo *economiza PT não adquire coisas* constituem a sua AE à direita, enquanto sua AE à esquerda seria *não gasta DC economiza* e *gasta PT economiza*.

Observe-se que, no caso da AE à esquerda, há uma modificação na regra que é válida para AE à direita, segundo a qual se a argumentação externa de uma entidade X (como *Economiza em economiza DC adquire coisas*) contém o aspecto normativo, ela contém também o transgressivo e vice-versa. Ducrot (2000, p. 9) explica essa diferença e o que muda na comparação das duas:

Quando se trata do aspecto externo à esquerda de uma entidade, a regra que precede, motivada pela preocupação geral de substituir a ordem da realidade pela ordem do discurso, aplica-se ainda, mas

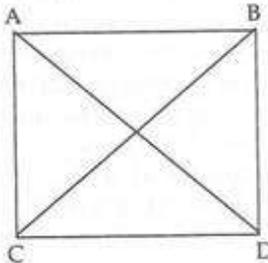
exige uma pequena reformulação: se a AE da entidade X contém "Y CONN X", ela contém também o aspecto dito "transposto", que é "neg-Y CONN X". Assim a AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente "ter pressa DC apressar-se", mas igualmente "neg-ter pressa PT apressar-se".

Tratou-se, até aqui, do modo externo pelos quais um aspecto pode estar associado às palavras cujo sentido ele constitui. Além dessa argumentação externa, que representa a colocação de uma entidade no discurso, uma vez que se refere aos encadeamentos argumentativos que podem preceder ou seguir essa entidade, Ducrot e Carel, no desenvolvimento da teoria dos Blocos Semânticos, postulam a existência de uma argumentação interna (AI), a qual corresponderia aos encadeamentos que parafraseiam a entidade. Assim, uma AI de *Economizar* seria *não ter DC não gastar*. Observe-se que, no caso da argumentação interna de uma entidade X, a entidade não pode ser um segmento do encadeamento que a parafraseia, nem comportar também o aspecto converso.

Dentro desse quadro teórico, é possível diferenciar pela argumentação interna os quatro adjetivos – *gastador*, *avaro*, *econômico* e *generoso* – anteriormente analisados no quadrado lógico. Observe-se: *econômico* (não ter DC não gastar); *generoso* (ter DC gastar); *gastador* (não ter PT gastar); *avaro* (ter PT não gastar). Como se pode perceber, eles fazem parte do mesmo quadrado argumentativo, construído a partir do bloco semântico formado pela interdependência semântica de *ter e gastar*. Considerando-se X=ter e Y=gastar, tem-se:

X DC Y *generoso*  
(tem DC gastar)

Neg-X DC Neg-Y *econômico*  
(não tem DC não gastar)



Neg-X PT Y *gastador*  
(não tem PT gastar)

X PT Neg-Y *avaro*  
(tem PT não gastar)

Note-se, então, que são encadeamentos argumentativos recíprocos A e B; C e D, correspondendo respectivamente a *generoso e econômico*; *gastador e avaro*, e que são encadeamentos conversos A e D; B e C, correspondendo, respectivamente, a *generoso e avaro*; *econômico e gastador*. Fica explicada argumentativamente a impossibilidade de se dizer *é avaro, portanto é econômico*, como indicaria o sentido lógico, uma vez que a regra argumentativa diz *Quem tem pode gastar e*, reciprocamente, *Quem não tem, não pode gastar*, sendo que a AI de *avaro* toma a primeira, em seu aspecto transgressivo (*tem PT não gasta*) enquanto *econômico* toma a segunda, em seu aspecto normativo (*não tem DC não gasta*). Seria fácil explicar agora enunciados que relacionam esse dois adjetivos, como *ele chega a ser avaro de tão econômico ou ele é econômico demais* ou, ainda, *ele é econômico e até avaro*, para isso seria necessário fazer intervir a Teoria da Polifonia, também do quadro teórico da ADL.

### 3 Palavras que argumentam e que retomam em *caso de canário*

Como se pôde perceber antes, encadeamento argumentativo é definido como qualquer seqüência de dois segmentos que são, de certo modo, dependentes, isto é, produzem sentido somente se estiverem juntos. Carel (2001) exemplifica essa interdependência com o discurso consecutivo *É perto, portanto Pedro pegou a bicicleta* e com o discurso transgressivo *É perto, mesmo assim Pedro não pegou a bicicleta*. Mostra que, nos dois casos, *bicicleta* não pode ser substituída por *meio de locomoção*, nem por *objeto de metal*, nem por *objeto azul*, ou por qualquer outro traço objetivo que pudesse ser associado a um fato a que os encadeamentos de *É perto* fizessem referência. Afirma Carel (2001, p. 75-76) que o locutor do discurso consecutivo

[...] não conclui a partir desses traços objetivos. Eles são simplesmente constatados. A questão é de percorrer uma distância. É, portanto, somente constatação tudo o que, embora relativo a bicicleta, não é, entretanto, relativo à questão de percurso.

Os locutores dos discursos em foco não descrevem objetivamente a realidade, eles a descrevem subjetivamente. Ao dizer que, tendo de percorrer uma curta distância, Pedro se comportou normalmente, o locutor do encadeamento em DC toma a regra do ponto de vista normativo. Já o locutor do discurso transgressivo argumenta que Pedro não agiu normalmente, que desobedeceu à regra, uma vez que, para percorrer uma distância pequena, ele não

quis usar o meio de locomoção que comumente se usa. Nesse caso, *bicicleta* significa *meio de locomoção suficiente para ir perto*. A expressão *É perto* também não é definida objetivamente, em termos de quilometragem. Simplesmente é *uma distância tal que o locutor do discurso consecutivo considera natural que Pedro tenha ido de bicicleta*. Note-se que o locutor do discurso transgressivo demonstra sua estranheza diante da atitude de Pedro. Assim, o sentido de *perto* e de *bicicleta* é constituído no discurso, simultaneamente, numa interdependência da qual se origina o sentido argumentativo.

Assumindo a diferença que Carel estabelece entre *palavras que constata*m (nos discursos analisados, tudo o que diz respeito a bicicleta, mas não diz respeito à questão do percurso a percorrer) e *palavras que argumentam* (as que dizem respeito tanto a bicicleta quanto ao percurso a percorrer), assume-se também a sua hipótese de que são sinônimas de uma palavra, num encadeamento argumentativo X, palavras que, substituindo, mantêm a mesma argumentação. Nos discursos analisados, *bicicleta* poderia ser substituída por *meio de locomoção pouco potente*. (*É perto, portanto Pedro pegou um meio de locomoção pouco potente*). Já relativamente às *palavras que apenas constata*m, faz-se a hipótese de que elas servem, num texto, para *retomar* as palavras que argumentam, sem acrescentar nada ao valor argumentativo.

Antes de se ensaiar uma análise do funcionamento da substituição lexical na crônica selecionada, com base nesse aparato teórico, vejamos o enredo desse texto, que pode ser lido no Anexo.

*Caso de Canário*, de Carlos Drummond de Andrade, é uma crônica narrativa. Conta a história de um genro, recém entrado numa família que possui um canário de estimação, com uma doença sem cura. A família decide escolhê-lo para matar o canário, pelo fato de ele não ter convivido muito com o bicho. Ele reage, mas, como o canário e a família toda estavam sofrendo muito e como ele reconhece ser o menos afeiçoado ao passarinho, aceita sacrificá-lo, solucionando, assim, o problema que originou a narrativa.

Vejamos, então, os blocos semânticos que vão se formando no decorrer do discurso e os sentidos argumentativos que vão assumindo as palavras nos encadeamentos que constituem.

A crônica inicia contando que, numa família, havia um genro, recém-casado, e um canário que devia ser morto. A família escolhe o genro para a realização da tarefa. Leia-se:

"Casara-se havia duas semanas. Por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do canário".

Já no início, é instalado o bloco semântico expresso na regra "Quanto menos se conhece um bicho, mais fácil tirar-lhe a vida", a qual é apreendida no aspecto normativo "*conhece há pouco tempo DC não tem dificuldade em tirar a vida*". A família continua o processo de convencimento, argumentando em torno do aspecto normativo do bloco semântico que relaciona *tempo de convívio e afeição*, isto é, *conhece há pouco tempo DC não está afeiçoado*, o qual possibilita outro bloco semântico, que relaciona *não ter afeição e facilidade de matar*. Observe-se:

"Nenhum de nós teria coragem de sacrificar o pobrezinho, que nos deu tanta alegria. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao bichinho".

O debate segue com a indignação do genro diante da proposta:

"Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?"

Veja-se que, até aqui, o genro não sabia que o canário tinha uma doença incurável. Sabia, apenas, que a família queria se desfazer do bicho de estimação e que o escolhera pelo fato de ele ser o menos afeiçoado. Daí se indignar diante da argumentação que relaciona *não ser afeiçoado e facilidade tirar a vida*. Ele reage contra o uso do aspecto argumentativo normativo da regra (*não é afeiçoado DC tem mais facilidade de matar*), invocando-a no aspecto transgressivo (*não é afeiçoado PT não tem mais facilidade de matar*). Observe-se que, na sua fala, "*Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?*", a palavra *pássaro* não poderia, ainda, ser substituída por *animal moribundo, bicho morto-vivo*, entre outros.

Na seqüência do seu diálogo com a família é que o genro fica sabendo que o canário tinha uma doença incurável, que sofria muito e que a família não agüentava mais vê-lo sofrer. É neste momento que *dar cabo do canário, sacrificar o animalzinho* passam a significar *tirar a vida para acabar com o sofrimento*, o que se pode conferir, na continuação do diálogo, pela réplica da família:

"Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá".

E o genro aceita a argumentação, agora configurada no discurso, que relaciona *tirar a vida para acabar com o sofrimento e realizar um ato de bondade*, expressa no encadeamento argumentativo normativo *tirar a vida para acabar com o sofrimento DC realizar um ato de bondade*, que é a argumentação interna da expressão *obra de misericórdia*, a qual é mencionada a seguir na crônica. Veja-se:

"Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O canário nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na última lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar".

Cumpramos destacar que o sentido *realizar uma obra de misericórdia* para *dar cabo do canário*, que inicia o texto, foi sendo construído ao longo da narrativa, pela instalação de blocos semânticos que evocam regras, as quais, por sua vez, são apreendidas de forma prescritiva ou transgressiva. Em nenhum momento, na construção dos sentidos do texto, foram importantes dados de representação objetiva da realidade. Os blocos que foram sendo formados, à medida que se desenvolvia a narrativa, revelam não o sentido que deriva dos conceitos das palavras tomadas isoladamente, mas o sentido produzido pela interdependência existente entre elas, isto é, que essa unidade semântica é capaz de construir.

#### 4 Considerações finais

Como foi possível verificar, nessa análise ainda muito preliminar, o estudo da substituição lexical, da sinonímia não pode prescindir do conhecimento das unidades semânticas básicas do texto, isto é, do conhecimento dos blocos semânticos que as palavras formam, das regras que esses blocos evocam e dos encadeamentos argumentativos selecionados pelos locutores, em sua manifestação no debate contínuo sobre o mundo de que se fala.

A descrição meramente "informativa" das palavras, baseada num conhecimento prévio da realidade, conduz a um estudo superficial da substituição lexical e da sinonímia, uma vez que esses processos só ocorrem no discurso, a partir de encadeamentos argumentativos, cuja própria existência é responsável pela produção dos sentidos precisos que as palavras assumem. Fora dele, a significação das palavras é a dos discursos possíveis à espera de realização.

#### Referências

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1993.
- BÜHLER, Karl. *Teoría del lenguaje*. Madrid: Rev. de Occidente, 1950.
- CAREL, Marion. *Argumentación normativa y argumentación exceptiva*. *Signo & Señal*, Buenos Aires, UBA, n. 9, p. 255-422, jun. 1998.

———. *Argumentação interna aos enunciados*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2002.

———. *Prédication et argumentation*. *Fórum Lingüístico*, UFSC, Pós-Graduação em Lingüística, v. 1, n. 1, maio 1988.

———. *Qu'est-ce qu'argumenter?* *Revista de Retórica y Teoría de la Comunicación*. <[www.Asociación-logo.org/revista-logo.htm](http://www.Asociación-logo.org/revista-logo.htm)>. n. 1, p. 75-80, enero 2001.

DUCROT, Oswald. *Critères argumentatifs et analyse lexicale*. *Langages*, Larousse, n. 142, p. 22-40, juin 2001.

———. *Os internalizadores*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002.

———. *Polifonia Y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

———. *La pragmatique et l'étude sémantique de la langue*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 32, n. 1, p. 9-21, mar. 1997.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1971.

## ANEXO

### CASO DE CANÁRIO

*Carlos Drummond de Andrade*

Casara-se havia duas semanas. Por isso, em casa dos sogros, a família resolveu que ele é que daria cabo do canário:

– Você compreende. Nenhum de nós teria coragem de sacrificar o pobrezinho, que nos deu tanta alegria. Todos somos muito ligados a ele, seria uma barbaridade. Você é diferente, ainda não teve tempo de afeiçoar-se ao bichinho. Vai ver que nem reparou nele, durante o noivado.

– Mas eu também tenho coração, ora essa. Como é que vou matar um pássaro só porque o conheço há menos tempo do que vocês?

– Porque não tem cura, o médico já disse. Pensa que não tentamos tudo? É para ele não sofrer mais e não aumentar o nosso sofrimento. Seja bom; vá.

O sogro, a sogra apelaram no mesmo tom. Os olhos claros de sua mulher pediram-lhe com doçura:

– Vai, meu bem.

Com repugnância pela obra de misericórdia que ia praticar, ele aproximou-se da gaiola. O canário nem sequer abriu o olho. Jazia a um canto, arrepiado, morto-vivo. É, esse está mesmo na lona, e dói ver a lenta agonia de um ser tão gracioso, que viveu para cantar.

– Primeiro me tragam um vidro de éter, e algodão. Assim ele não sentirá o horror da coisa.

Embebeu de éter a bolinha de algodão, tirou o canário para fora com infinita delicadeza, aconchegou-o na palma da mão esquerda e, olhando para outro lado, aplicou-lhe a bolinha no bico. Sempre sem olhar para a vítima, deu-lhe uma torcida rápida e leve, com dois dedos, no pescoço.

E saiu para a rua, pequenino por dentro, angustiado, achando a condição humana uma droga. As pessoas da casa não quiseram aproximar-se do cadáver. Coube à cozinheira recolher a gaiola, para que a sua vista não despertasse saudade e remorso em ninguém. Não havendo jardim para sepultar o corpo, depositou-o na lata de lixo.

Chegou a hora de jantar, mas quem é que tinha fome naquela casa enlutada? O sacrificador, esse, ficara rodando por aí, e seu desejo seria não voltar para casa nem para dentro de si mesmo.

No dia seguinte, pela manhã, a cozinheira foi ajeitar a lata de lixo para o caminhão, e recebeu uma bicada voraz no dedo.

– Ui!

Não é que o canário tinha ressuscitado, perdão, reluzia vivinho da silva, com uma fome danada?

– Ele estava precisando mesmo era de éter concluiu o estrangulador, que se sentiu ressuscitar, por sua vez.

*(de Cadeira de Balanço)*